

# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr  
Fone/Fax (043) 3478-1145

## PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório: 126/2024

Credenciamento: 03/2024

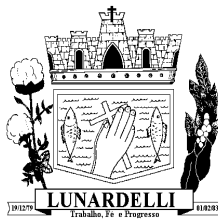
Inexigibilidade 03/2024

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer solicitado a esta Assessoria, pelo Departamento de Licitações e Contratos, com base no art. 53, da Lei 14.133/21, quanto ao processo de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE NEUROLOGIA PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, deve-se ressaltar que a análise desta Procuradoria incide exclusivamente sobre os aspectos jurídicos do instrumento convocatório do certame (edital) e do contrato, em atenção ao artigo 53, parágrafo único da lei 14.133/2021, não sendo atribuição do órgão analisar atos procedimentais da fase interna (necessidade, especificação do objeto e suas quantidades, pesquisa de preços, etc.) ou elaborar juízo de valor da pretensa repactuação, sendo de responsabilidade dos agentes públicos competentes a regularidade do procedimento, veracidade das informações, justificativas postas nos autos e demais providências orçamentárias.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr  
Fone/Fax (043) 3478-1145

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica de futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se seus atos estão dentro do espectro de suas competências.

Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo departamento competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para melhor consecução do interesse público.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da administração.

Importante destacar que a abertura da seleção e seu prosseguimento são realizados sob a responsabilidade do agente de contratação designado, bem como, pela respectiva equipe de apoio, sem qualquer gerência ou intervenção desta procuradoria.

Dito isso, passa-se à análise jurídica.

Sabe-se que a Administração Pública só pode atuar em conformidade

De início, é importante entendermos o conceito do credenciamento com base na Lei 14.133/21, o qual está posto no Art. 6º, XLIII



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr

Fone/Fax (043) 3478-1145

**XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;**

Importante consignar que a Lei 14.133/21 não considera o credenciamento como uma modalidade de licitação, mas tal hipótese como um dos procedimentos auxiliares previstos no seu Art. 78, I.

O Art. 79 da Lei 14.133/21, apresenta as possibilidades de aplicação do credenciamento, vejamos:

**Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:**

**I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;**

**II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;**

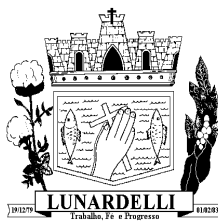
**III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.**

**Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:**

**I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;**

**II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;**

**III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr

Fone/Fax (043) 3478-1145

**IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;**

**V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;**

**VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.**

Nesse sentido, a administração busca realizar a contratação, como já citado, de pessoas jurídicas especializadas para realização consultas neurológicas.

Tal contratação se amoldaria de forma perfeita ao inciso I do Art. 79, tendo em vista que a contratação das empresas seria paralela e não excludente, ou seja, todas as empresas credenciadas poderão ser contratadas, embora não necessariamente ao mesmo tempo, conforme o Parágrafo Único, II também do Art. 79.

É possível verificar que, diferente da Lei 8.666/93, a nova legislação aplicável as contratações públicas optaram por positivar de forma definitiva a inteligência do credenciamento para a administração pública.

Por óbvio, devem ser respeitados critérios objetivos e que sempre estejam alinhados com os princípios constitucionais que regem a administração pública, em especial os do Art. 37, caput da Constituição Federal.

Digno de nota, além das disposições gerais acerca das contratações públicas âmbito nacional apresentadas pela Lei 14.133/21, os entes federados têm a responsabilidade de regulamentar a sua aplicação em seus âmbitos locais, adequando o que entender necessário para sua realidade, regulamentação essa que está posta no Decreto 2.846/2023, deste município de Lunardelli/PR.

O regulamento interno do município estabelece regras gerais de como deverá ser o procedimento do credenciamento. Ademais, está sendo utilizado ainda, o decreto federal 11.878/2024, no que couber dentro da administração municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr

Fone/Fax (043) 3478-1145

Sendo assim, o controle do setor que autoriza os serviços e o chamamento das referidas empresas deverá ter um controle extremamente preciso, onde deverá constar a lista de credenciados, pela ordem de credenciamento, a quantidade de serviços que cada um prestou, e quem foi o último a ser convocado.

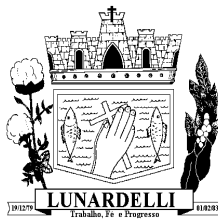
Ao analisar os autos do processo, tem-se os seguintes documentos:

**Documento de Formalização da Demanda**, contendo: área requisitante, objeto, descrições das quantidades, prazo de entrega/execução, local e horário de entrega, servidor responsável, fiscal do contrato e justificativa para ser contratação de urgência.

**Estudo Técnico Preliminar, que tem os seguintes itens:** equipe de apoio, necessidade da contratação, previsão no plano de contratações anuais (observa-se que a referida contratação não estava prevista no instrumento em questão, mas foi devidamente justificado pela autoridade competente), requisitos da contratação, estimativa das quantidades, levantamento de mercado realizado por meio do software banco de preços e também com fornecedores especializados, estimativa de preço da contratação, descrição da solução como um todo, justificativa para o parcelamento, demonstrativo dos resultados pretendidos, providências prévias do contrato, contratações correlatas/interdependentes, impactos ambientais, viabilidade de contratação, análise de possíveis riscos futuros da contratação.

Quanto a formação dos preços, temos que fora realizada pesquisa mercadológica, obtendo-se o valor real de mercado para fixação do valor máximo.

**Minuta do edital**, presentes os seguintes termos: Legislação aplicável, do objeto e da definição, condições de participação, pedido de credenciamento, documentação para credenciamento (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico financeira, qualificação técnica e documentos complementares), entrega e análise dos documentos de habilitação, procedimento do cadastro, critérios de cadastramento e distribuição de demanda, do valor, dos recursos, da divulgação do resultado, do contrato, dos preços e do pagamento, das hipóteses de descredenciamento, da impugnação ao edital, das



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr  
Fone/Fax (043) 3478-1145

obrigações do credenciado, das obrigações da credenciamento, prazo de contratação, dotação orçamentária, condições para prestação dos serviços, da conduta de prevenção de fraude e corrupção, penalidades, fiscalização e gestão do contrato, revogação e anulação, disposições finais (foro) e anexos.

A **Minuta do contrato**, vem composta do seguinte: objeto, amparo legal, regime de fornecimento, valor de cada item de contratação e das condições de pagamento, vigência, obrigações, sanções, casos de rescisão, casos omissos, manutenção das condições de habilitação e qualificação, alteração do contrato, acompanhamento e fiscalização, publicação, disposições gerais, dotação orçamentária e foro.

Neste sentido, ao que se afere do processo em questão, apresenta as disposições necessárias para a realização do credenciamento.

## 4. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, com fundamento nos dispositivos legais transcritos, observadas as condições acima especificadas, esta Procuradoria Jurídica opina **favoravelmente** pela continuidade do presente processo administrativo.

Lunardelli/PR, 03 de julho de 2024.

**Flavia Lançoni Gonsalves**  
**Procuradora Jurídica**  
**OAB/PR 106.055**